



Encontro Internacional sobre Gestão  
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048  
Dezembro 2016

## **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE**

**MARILUCE PAES DE SOUZA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
mariluce@unir.br

**RENATO ALMEIDA DE OLIVEIRA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
renatoadeoliveira@uol.com.br

**THEÓPHILO ALVES DE SOUZA FILHO**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
theophilo@unir.br

**JEAN MARCOS DA SILVA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
suisjean@hotmail.com

## AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE

### *EVALUATION OF PUBLIC POLICY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT STARTING FROM A BAROMETER OF SUSTAINABILITY*

#### **Resumo**

O desenvolvimento econômico regional pode ser estabelecido atendendo paradigmas de sustentabilidade, pois quando ocorre sem planejamento, leva comunidades a tomarem decisões prejudiciais à sua cultura e ao seu próprio desenvolvimento social e ambiental. O Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS como novo paradigma estabelece a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais de modo que possam atender às necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Sob a perspectiva institucional observa-se que o tema é amplamente aceito pelos governos, empresas, organizações não governamentais e a sociedade em geral, mas há alto grau de isomorfismo, onde institucionalmente há um modelo estabelecido abstratamente mimetizando melhores práticas, mas os indicadores de resultado apontam ainda baixa eficiência. Este artigo propõe uma análise das características dos governos de 771 municípios por meio de um barômetro da sustentabilidade comparando, a partir da qualificação obtida dos governos destes municípios, as políticas públicas que mais impactam o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, permitindo que gestores e *policy makers* possam atuar prioritariamente para atingir com maior eficiência os Objetivos do Milênio na Amazônia Legal. Observou-se que políticas envolvendo os temas educação, renda, tratamento sanitário e tratamento de resíduos são preponderantes para elevar a região ao patamar de sustentabilidade necessário.

**PALAVRAS-CHAVES:** Desenvolvimento Regional Sustentável, Políticas Públicas, Descentralização, Barômetro da Sustentabilidade, Indicadores.

#### **Abstract**

The regional economic development can be established by paradigms of sustainability, because when there is no planning, it leads communities to make harmful decisions to their culture and to their own social and environmental development. Sustainable Regional Development - SRD as a new paradigm establishes the need for rational use of natural resources to fulfill the current needs without compromising the needs of future generations. Under the institutional perspective it is observed that this issue is already widely accepted by governments, businesses, nongovernmental organizations and the society in general, but there is a high degree of isomorphism, where institutionally there is an abstract model established mimicking best practices, but the results indicators also show low efficiency. This paper proposes an analysis on the characteristics of the 771 municipalities in the Legal Amazon through a Barometer of Sustainability, in order to compare, from the qualification obtained from the municipalities, public policies that impact the most sustainable development in the Amazon region, allowing managers and policy makers so that they can act primarily to achieve more efficiently the Millennium Development Goals in the Amazon. It was observed that policies involving the themes education, incomes, health treatment and waste treatment are crucial to elevate the region to the necessary level of sustainability.

**KEY-WORDS:** Sustainable Regional Development, Public Policies, Decentralization, Barometer of Sustainability, Indicators.

## 1 Introdução

Após a Segunda Guerra mundial se desenvolveu um novo modelo capitalista identificado por três fatores: atividades econômicas globais, a inovação baseada no trinômio de conhecimento, produtividade e competitividade, bem como as redes de fluxos financeiros, que podem ser descritas como a nova economia transacional (CAPRA, 2003). Essa mudança ocasionada por estes processos econômicos transacionais a partir da produção, distribuição e consumo de bens e serviços e pelo esgotamento do modelo de acumulação de capital impôs às regiões necessidades de reorganização estrutural e ambiental (INÁCIO et al, 2013).

Em 1949, então, acontece a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos onde foi discutido o exercício da atividade antrópica sobre os recursos naturais, a importância da educação e o desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas (MARZALL, 1999).

Nos anos sessenta com a dissolução da tradição e para a extinção de muitas das relações com o mundo natural, que as sociedades pré-modernas manifestamente mantinham e a ausência dessas relações, os movimentos ecológicos sociais foram orientados no sentido de uma recuperação ou recriação destes valores e significados alternativos, assim como na redução das ameaças ecológicas (GOLDBLATT, 1996).

Em 1972, em meio ao impasse criado entre desenvolvimento econômico capitalista e preservação ambiental foi a publicação do estudo intitulado *The Limits to Growth*, que passaria a ser a tônica dos debates da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, e em grande parte dos debates durante toda a década, culminando na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente.

Uma das possíveis soluções propostas à época foi do crescimento zero, mas logo esta proposta foi refutada pelos países em desenvolvimento, despertando então outro conceito – o ecodesenvolvimento destacando que deveria ser calcado na dimensão regional e local e no uso adequado dos recursos naturais, proposição defendida por Ignacy Sachs (1986), vindo a estender conteúdo originalmente proposto a este respeito ao apresentar também um novo enfoque participativo de planejamento e gestão, orientado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: atendimento das necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da autoconfiança das populações envolvidas e o cultivo da prudência ecológica. Assim, a redução do consumo supérfluo e do desperdício por parte da minoria rica e a cobertura universal das necessidades fundamentais da maioria pobre e socialmente excluída assumiam papel proeminente (SACHS, 2007).

O processo de desenvolvimento regional envolve um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea e que tornem a pessoa que vive na região, o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento (DALLABRIDA 2000).

Entretanto, o desenvolvimento regional, quando não ocorre com forte planejamento, pode causar mudanças negativas permanentes e significativas numa região. Isto ocorre quando há uma busca por uniformidade, que acaba resultando em modelos sociais explosivos, já que a globalização pode também trazer para comunidades modelos predatórios em relação a recursos naturais, além de poder destruir a diversidade local, gerando conflitos (ZAOUAL, 2003). Ao contrário de agir como o *homo economicus*, como é sugerido pelo discurso da globalização, deve surgir espaço para um *homo situs* em razão do desejo das pessoas de se sentirem inseridas em seus locais onde pertencem, saindo da situação de continuísmo

(ZAOUAL, 2003). Assim, no intuito de alcançar o almejado desenvolvimento econômico, os atores principais das regiões acabam por impor, frequentemente, danos significativos ao meio ambiente e na cultura local, posteriormente.

A Região Amazônica e o desenvolvimento industrial fazem parte de um dilema entre o progresso científico e tecnológico e a expansão da pauperização, dos desastres ecológicos e das ameaças à camada de ozônio, garantindo preocupações globais (CAMPOS, 2009).

Em termos econômicos e sociais a Amazônia Legal enfrenta níveis baixos de índice de desenvolvimento humano - IDH (Amazônia Legal – 0,683; Sudeste – 0,754; Sul – 0,756) (PNUD, 2013) e de produto interno bruto – PIB (Amazônia Legal – R\$ 442.187.576,00; Sudeste – R\$ 2.938.538.823,00; Sul – R\$ 878.149.624,00) (IBGE, 2016), quando comparada às regiões mais desenvolvidas do país. Em relação ao meio ambiente, alguns indicadores têm apontado para uma melhoria, como o desmatamento com redução consistente de -3,5% ao ano de 1988 a 2013 (FERREIRA e COELHO, 2015), mas outros indicadores devem ser levados em conta para estabelecer um quadro mais completo sobre o bem-estar ambiental da região.

Este cenário leva a um questionamento: se a região é rica em recursos naturais e biodiversidade, porque possui problemas de desenvolvimento econômico, social e ambiental? A pergunta pode parecer simples, mas certamente são necessários muitos esforços para entender, diagnosticar e propor quaisquer soluções que possam ser adotadas no médio e longo prazo para reconciliar o desejo de proporcionar melhorias na condição de vida da população amazônica com a preservação do meio ambiente e da cultura.

Desenvolvimento Sustentável contém dois elementos essenciais: o conceito de "necessidade", sobretudo as necessidades fundamentais dos seres humanos, que devem receber a máxima prioridade; e, a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. O termo é claramente carregado de valores, nos quais existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade (BENETTI, 2006).

O Desenvolvimento Sustentável já está institucionalizado como objetivo a ser acompanhado por organismos nacionais e transnacionais, que vão desde a Organização das Nações Unidas - ONU, passando por países desenvolvidos e em desenvolvimento, estados, municípios e chegando até empresas e organizações não governamentais. Neste sentido as políticas públicas são relevantes na identificação e atendimento das necessidades das populações por aqueles que estão mais próximos das realidades locais e que serão os principais afetados pelas decisões que repercutirão em sua cultura, no meio ambiente em que vivem, em suas relações de trabalho, cidadania, moradia e na qualidade de vida, no futuro.

## **2 Referencial Teórico Empírico**

### **2.1 Teoria Institucional**

Para Meyer e Rowan (1977) as sociedades possuem muitas regras institucionalizadas que fornecem uma estrutura para a formação das organizações formais. O processo de estruturação institucional consiste em quatro elementos (DIMAGGIO e POWEL, 1983): um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e, desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo

de organizações que estão envolvidos em um negócio comum.

Diferentes organizações, ao tratarem de um mesmo ramo de negócios, ou em um campo concreto, pelo Estado ou pelas categorias profissionais, fazem surgir forças poderosas, por meio da propagação de conhecimento, normatizações e comportamentos, de modo que começam a agir de forma similar, seja porque a inovação se espalha, alcança-se um limiar além do qual sua adoção proporciona legitimidade em vez de melhorar o desempenho (MEYER e ROWAN, 1977).

Estratégias que são racionais para as organizações individualmente podem não ser, caso adotadas por um grande número delas. O conceito por trás desse processo de homogeneização é definido como isomorfismo (HAWLEY, 1968). Isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

Para Meyer (1979) e para DiMaggio e Powell (1983) há três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais, cada um com seus próprios antecedentes:

1. Isomorfismo coercitivo – advém de influências políticas, legislações e do problema da legitimidade. Resulta de pressões formais e informais (sentidos como a força, a persuasão, o convite a se juntar) exercidas por outras organizações das quais as organizações iniciais dependem e por expectativas culturais da sociedade;

2. Isomorfismo mimético – advém de respostas padronizadas a incertezas. Ocorre porque as tecnologias organizacionais são insuficientemente compreendidas, as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica, então outras organizações passam a servir como referência. As organizações tendem a tomar como modelo em seu campo outras organizações que elas percebem ser mais legítimas ou bem-sucedidas.

3. Isomorfismo normativo – advém da profissionalização – luta coletiva de membros que advogam uma posição para definir as condições e os métodos de seu trabalho para estabelecer uma base cognitiva e legitimação para a autonomia de sua profissão. A legitimação de uma base cognitiva produzida por especialistas universitários e o crescimento e a elaboração de redes profissionais - que atravessam as organizações e em torno das quais novos modelos se difundem com rapidez.

Nos processos de concepção de novas instituições e de novos instrumentos de política, conforme Dagnino e Thomas (2009) há a presença de um fenômeno denominado de transferência e adaptação de modelos organizacionais ou desenvolvimento institucional imitativo e isomorfismo, apontando escasso êxito dessas experiências, determinado pela falta de contextualização das iniciativas.

## **2.2 Políticas públicas**

Sob a perspectiva de acesso a bens e serviços pelos cidadãos, percebe-se que a ausência de liberdades substantivas está relacionada diretamente com a pobreza, deixando as pessoas sem possibilidade de se saciar, de ter acesso à moradia, à água tratada, ao abastecimento regular e ao controle da qualidade de alimentos, transportes, serviços municipais de saúde, educação, cultura, esportes, lazer. A impossibilidade de acesso não se restringe aos bens e serviços, ou ao ingresso no mercado de trabalho, mas também a necessidades especiais ou a situações de risco, ou ainda à ausência de garantias que advém da participação de decisões coletivas, que possibilitam o exercício da cidadania para viver com dignidade e ter qualidade de vida (JUNQUEIRA E INOJOSA, 2013). Assim as dimensões sociais, que possibilitam observar o desenvolvimento como liberdade, contribuem para aferir

o grau de desenvolvimento social de uma região, país ou continente.

Para Barros (2007) o processo de construção da cidadania ocorre quando há a participação e envolvimento das comunidades, que devem assumir um papel de protagonistas no desenvolvimento sustentável a fim de pressionar a agenda governamental para a formulação de novas políticas públicas. Essa característica participativa das comunidades, que emerge da cultura do desenvolvimento sustentável, necessita de dois tipos de ferramentas: uma de mecanismos de participação, caracterizada pelo uso de meios judiciais, parlamentares, administrativos, simbólicos e sociais na implantação de ações de desenvolvimento sustentável; e outra de canais de participação, estruturada por meio da criação de instâncias de participação, fóruns, comitês, equipes, conselhos, audiências públicas, entre outros.

Um importante passo para a consolidação das políticas públicas é o de identificar, em grupos populacionais, conjuntos sensíveis a determinadas ações e serviços peculiares, tais como: segmentos por faixa etária- como crianças e adolescentes; por forma de agregação social- como famílias; e por ocupação - como trabalhadores dos setores formal e informal. Esses conjuntos, que não são mutuamente excludentes, permitem que a ação social se organize de maneira horizontal em forma matricial, através de uma estrutura organizacional capaz de dar concretude à lógica inter setorial.

É possível perceber, então, que as Políticas Públicas serão indutoras na construção das liberdades da população, estimulando o acesso a bens e serviços essenciais como direitos assegurados reconhecidos por parte da sociedade ou pelo poder público, construindo o processo de cidadania através de um papel de protagonismo e autoafirmação. Para que a participação ocorra de maneira adequada os modelos centralizadores de tomada de decisão parecem não ser eficazes, ao menos em países com grande diversidade social, econômica e ambiental. Assim o Municipalismo e a Descentralização desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável

### **2.3 Municipalismo e Descentralização**

A necessidade de descentralizar é arguida por Castells (1998), que postula a existência de duas forças que levam para esse caminho: a resposta do Estado às reivindicações locais e regionais e às expressões coletivas identitárias, de um lado, e um esforço consciente do Estado-nação de encontrar fórmulas alternativas frente à rigidez da centralização e à crise de legitimidade que emana da desconfiança dos cidadãos, de outro (AZEVEDO, 2007).

Castells (1998) argumenta que o nível mais adequado para determinada competência é uma discussão muito mais política que técnica e que este nível é modelado de acordo com os momentos históricos das distintas sociedades. O essencial, segundo o autor, é proceder uma ampla descentralização em que se transfira poder e recursos aos níveis mais próximos dos cidadãos e seus problemas.

No limite, o princípio da subsidiariedade permite a transferência de responsabilidades executivas do Estado para a própria sociedade e mesmo para empresas, em tudo aquilo que o Estado não seja necessário como executor direto. Isso significa que o princípio da subsidiariedade é aquele que norteia o processo de descentralização (AZEVEDO, 2007).

Deve-se notar que o processo ideal de descentralização está atrelado a outros aspectos, como capacidade institucional e administrativa local, controle social, mecanismos de flexibilização, mas, sobretudo, é de suma importância que o processo ocorra de forma compartilhada com outras instâncias e esferas do governo (AZEVEDO, 2007).

Estado em rede exerce um apelo interessante, pois permite juntar os aspectos inerentes

no nível global aos anseios locais. O centro não é tão definido como antes, e as pessoas se sentem mais perto das decisões políticas. Essa cidadania mais ativa pode ser um vetor de legitimação do Estado em todas as esferas e em rede são vistas como formas de organização e de ação dos atores sociais, visando promover uma mudança, podendo ser ela de cunho econômico ou não (ANDION, 2003).

Se no plano econômico as mudanças são profundas, no plano social, por sua vez, novas formas de regulação aparecem, tendo como ênfase a parceria entre os diferentes enclaves sociais (Estado, mercado e sociedade civil), na busca de soluções para os impasses gerados pelo sistema capitalista (desemprego, exclusão e violência) (ANDION, 2003).

Desenvolvimento local e descentralização são processos distintos e relativamente independentes, embora quase sempre interligados e complementares (BUARQUE, 1999). A descentralização trata de um aspecto político-institucional que decorre de decisões restritas à forma de organização da sociedade e da administração pública no trato das políticas e programas.

## **2.4 Municipalismo e Desafios da Dicotomia Local/Global**

Um município é considerado mais ou menos sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar a saúde de seu sistema ambiental, minorar a degradação e o impacto antrópico, reduzir a desigualdade social e prover os habitantes de condições básicas de vida, bem como de um ambiente construído saudável e seguro, e ainda de construir pactos políticos que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (BRAGA et al, 2004).

A ênfase na participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento contemporâneos não ocorre por acaso. A crise dos modelos de regulação keynesianos, como o protecionismo econômico, a previdência, os benefícios sociais e os investimentos públicos, fez com que alguns dos mecanismos de regulação conduzidos pelo Estado fossem transferidos para outras esferas. Nos aspectos referentes à economia, o Estado-nação cede lugar às estruturas supranacionais como a OMC, o Banco Mundial e o FMI, por exemplo (ANDION, 2003).

No que tange à regulação social, essa passa a ser dividida com outras estruturas nacionais. Klein (1989) explica esse movimento, destacando que a esfera econômica se mundializa cada vez mais, enquanto a do social se localiza. A gestão nacional da esfera econômica parece então substituída por uma gestão no mínimo continental, através dos grandes blocos supranacionais, enquanto que os espaços locais parecem mais apropriados para a gestão social.

Essa integração reforça a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento sustentável, pois, tendo em vista que os agricultores familiares possuem um envolvimento local, viabilizam-se os mercados locais a partir de uma aproximação e orquestramento de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores locais (ASSIS, 2006)

Segundo Wolfe (1976), a autêntica participação criadora -- que intensifica a consciência dos participantes quanto a valores, temas e possibilidades de fazer opções, influenciando o conteúdo do desenvolvimento, gerando novos meios de fazer as coisas e, além disso, protegendo o direito dos participantes a uma porção equitativa dos frutos do desenvolvimento e pode demonstrar-se afinal um requisito mais que essencial a um estilo de desenvolvimento que aumente a capacidade da sociedade para funcionar a longo prazo em prol do bem-estar de seus membros.

É necessário, portanto, uma ação de pensar e agir localmente, de forma articulada entre os diferentes atores sociais, pois, como afirma Moreno (1997), um problema ambiental somente pode ser gerido socialmente se os agentes da sociedade (comunidade científica, meios de comunicação, associações de ecologistas etc.) o perceberem, o formularem, o observarem, o definirem, em outras palavras, o comunicarem. Portanto, a conversão de um problema ambiental em social depende mais da capacidade de observação da sociedade do que da magnitude objetiva da ameaça ambiental (ASSIS, 2006).

Ademais, para ser considerada sustentável, não é suficiente que confira à população condições ambientais equilibradas, mas que o faça mantendo baixos níveis de externalidades negativas sobre outras regiões (próximas ou distantes) e sobre o futuro. Isso implica atentar não apenas para a escala local da sustentabilidade, mas também para a escala regional, constituída pelas relações com o entorno, e a escala global, constituída pelos impactos sobre questões globais como efeito estufa e por questões relativas aos impactos agregados sobre o planeta (BRAGA et al, 2004).

Por outro lado, é necessário considerar o alerta de Castells (1998) que argumenta que a experiência desmente a visão romântica do local como âmbito de democracia e participação. Governos locais e estaduais, em todo o mundo, são frequentemente os níveis mais corruptos da administração, entre outras razões, porque as redes pessoais mantêm-se com mais força do que no nível federal e assumem competências do urbanismo e da gestão do solo, setores de atividade mais suscetíveis à captura da administração por interesses privados (AZEVEDO, 2007). De toda forma, segundo o autor, evidências empíricas (em outros trabalhos realizados por ele parecem demonstrar que a proximidade do governo e dos cidadãos no âmbito local permite um controle social mais transparente e reforça as oportunidades de participação política e, no limite, de relegitimação do Estado.

## **2.5 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Regional Sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável se popularizou definitivamente na década de 1990, com a realização da Eco 92, no Rio de Janeiro e serviu de referência, tanto no campo científico, como na prática das corporações internacionais, nacionais e locais (ANDION, 2003).

Como política internacional, o Relatório Brundtland (1991) enriqueceu o debate por introduzir o conceito de equidade entre grupos sociais (ricos e pobres), países (desenvolvidos e em desenvolvimento) e gerações (atuais e futuras) (DE OLIVEIRA CLARO, 2008). Estes conceitos são definidos como princípios básicos da sustentabilidade: equidade, democracia, princípio precaucionário, integração política e planejamento:

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável seriam sinônimos, pela análise de Dresner (2002). Para Ultramari (2003) a sustentabilidade é abstrata e de difícil alcance como conceito, e já desenvolvimento sustentável denota um processo com vistas ao futuro, ou um presente adiado, porém sustentável, tratando o desenvolvimento sustentável como um processo e a sustentabilidade como um fim.

O foco principal ao se discutir e se preocupar com a sustentabilidade, está na vinculação do tema ao lugar a que se pretende chegar, enquanto, com o desenvolvimento, o foco está em como se pretende chegar. E continuam considerando que os dois termos não são contraditórios, mas complementares, isto é, ao se discutir o desenvolvimento sustentável não se pode perder de vista a própria sustentabilidade, e o contrário também é verdadeiro. Os autores acreditam que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm objetivos distintos, mas com interesses comuns (BENETTI, 2006).



O maior desafio, no entanto, do desenvolvimento sustentável é a compatibilização da análise com a síntese para construir um desenvolvimento dito sustentável juntamente com a escolha de indicadores que mostrem esta tendência. A complexidade das situações que envolvem o desenvolvimento sustentável requer, sistemas interligados, indicadores inter-relacionados ou a agregação de diferentes indicadores (BENETTI, 2006).

Um aspecto central do enfoque em questão é o balanceamento da proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico, induzindo um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso (DE OLIVEIRA CLARO, 2008). O desenvolvimento tecnológico deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação tecnológica de países em desenvolvimento. Desenvolvimento, nesse caso, é um processo de transformação que combina crescimento econômico com mudanças sociais e culturais, reconhecendo os limites físicos impostos pelos ecossistemas, fazendo com que as considerações ambientais sejam incorporadas em todos os setores e também na arena política.

Ignacy Sachs estende o conteúdo originalmente proposto ao mesmo. De acordo com Sachs (2000), a história nos pregou uma peça cruel: O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado, pois eles são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos. A sustentabilidade possui sete premissas básicas (VEIGA, 2005): sustentabilidade maior, caso possa ser alcançada, significaria uma estabilização da população, globalmente e na maioria das regiões; práticas econômicas que encorajem a cobrança de custos reais, crescimento em qualidade em vez de quantidade, e a vida a partir dos dividendos da natureza e não do seu capital; tecnologia que tenha comparativamente um baixo impacto ambiental; riqueza seja de alguma forma mais equitativamente distribuída, especialmente para que a extrema pobreza deixe de ser comum; instituições globais e transnacionais mais fortes para lidar com os problemas globais urgentes; público melhor informado sobre os desafios múltiplos e interligados do futuro; e, predomínio de atitudes que favoreçam a unidade na diversidade, isto é, cooperação e competição não violenta entre tradições culturais diferentes e nações-Estados, assim como a coexistência com os organismos que compartilham a biosfera com os seres humanos.

Desta forma, Sachs (2002) afirma que é necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.

### **3 Metodologia**

Este trabalho se caracteriza como estudo descritivo com abordagem quantitativa, por ter como objetivo básico descrever as características de determinado fenômeno, neste caso a interpretação de dados oficiais com o objetivo de descobrir o impacto e a relevância de políticas públicas nos municípios da Amazônia Legal. O método de pesquisa utilizado neste trabalho é quantitativo, de natureza aplicada, quanto ao objetivo é uma pesquisa exploratória, com procedimentos experimentais.

Os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar (DALFOVO, LANA e SILVEIRA, 2008). Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A

coleta de dados enfatizará números ou informações conversíveis em números que permitam verificar a ocorrência das consequências, e daí então a aceitação ainda que provisória das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística ou outras técnicas matemáticas.

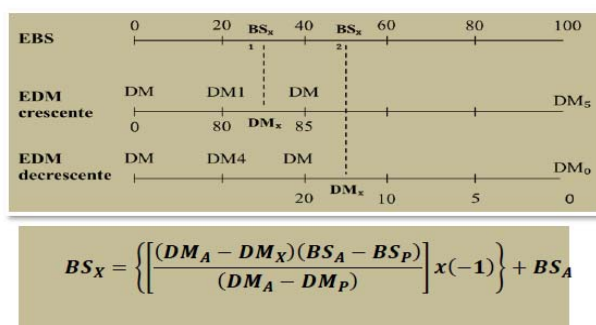
### 3.1 Seleção de Bases de Dados para a Pesquisa

Por se desejar, nesta pesquisa, uma ferramenta de informações dos municípios, houve a priorização por encontrar indicadores já levantados nas principais fontes de informação brasileiras, de forma consistente, em pesquisas anteriores. Assim, os indicadores que constituíram o Barômetro de Sustentabilidade Municipal – BS-M foram semelhantes aos utilizados na publicação Barômetro da Sustentabilidade do Município de Bragança (FAPESPA, 2016), da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Para a avaliação da sustentabilidade, foram escolhidos 26 indicadores, em sua maioria, ligados aos Objetivos do Milênio (ODM) e, ao mesmo tempo, considerados indicadores mais sensíveis às ações imediatas do Estado. Foram selecionados 19 indicadores do Bem-estar Humano e 7 indicadores do Bem-estar Ambiental (dados mais recentes, de 2010 a 2016). Embora neste artigo esteja sendo apresentado o resultado do BS-M da Amazônia Legal, com detalhamento do impacto de políticas de saúde.

A escolha dos indicadores foi condicionada à existência, consistência dos dados e facilidade de mensuração. Deste modo, os dados foram coletados no nível municipal por meio de consulta a várias instituições e órgãos oficiais, através de seus bancos de dados, acessíveis publicamente em seus websites.

Após definição dos Indicadores, e extração em suas respectivas bases de dados, foi elaborada uma tabela com os dados coletados. Em seguida, procedeu-se à transposição do valor numérico do indicador municipal (DMX) para a Escala de Desempenho do Barômetro da Sustentabilidade (EBS), por meio de interpolação linear simples, verificando seu valor numérico convertido e seu grau equivalente na nova escala. A fórmula apresentada na Figura 1 ilustra a transposição entre escalas, sejam elas crescentes ou decrescentes. As variáveis DMA e DMP representam os limites anterior e posterior definidos por cada classe, conforme apresentado anteriormente (insustentável, potencialmente sustentável, intermediária, potencialmente sustentável e Sustentável), nos valores absolutos do indicador. Estes limites foram definidos, em sua maioria, de acordo com os Objetivos do Milênio, ou os valores desejados encontrados como parâmetro na literatura. As variáveis BSA e BSP representam os limites anterior e posterior das classes no Barômetro da Sustentabilidade (insustentável de 0 a 20, potencialmente sustentável de 21 a 40, intermediária de 41 a 60, potencialmente sustentável de 61 a 80 e Sustentável de 81 a 100).

**Figura 1: Transformação para Escala do BS-M Amazônia Legal**



Fonte: Adaptado de FAPESPA (2016) e Kronemberger et al (2008)

Assim com o valor do indicador de entrada DMX na escala do valor original da variável, se chega ao valor transformado para a escala do BS-M Amazônia Legal, representado pela figura 4 abaixo de um trecho da tabela para o indicador Mortalidade Infantil, sendo um valor ainda sem arredondamento:

**Figura 2: Exemplo de Transposição de Escalas para o Indicador Mortalidade Infantil**

	Mortalidade infantil entre menores de 5 anos 0 por 1000 habitantes (DATASUS 2014)					
	DMX	DMA	DMP	BSA	BSP	BSX
110001 Alta Floresta D'Oeste	5,87	9,99	0,00	81,00	100,00	88,85
110037 Alto Alegre dos Parecis	34,88	49,99	20,00	41,00	60,00	50,57
110040 Alto Paraíso	23,62	49,99	20,00	41,00	60,00	57,71
110034 Alvorada D'Oeste	5,43	9,99	0,00	81,00	100,00	89,66
110002 Ariquemes	16,39	19,99	10,00	61,00	80,00	67,84
110045 Buritis	22,58	49,99	20,00	41,00	60,00	58,37
110003 Cabixi	26,67	49,99	20,00	41,00	60,00	55,78
110060 Cacaulândia	17,24	19,99	10,00	61,00	80,00	66,23
110004 Cacoal	20,66	49,99	20,00	41,00	60,00	59,58
110070 Campo Novo de Rondônia	11,05	19,99	10,00	61,00	80,00	78,00
110080 Candeias do Jamari	33,78	49,99	20,00	41,00	60,00	51,27
110090 Castanheiras	21,74	49,99	20,00	41,00	60,00	58,90
110005 Cerejeiras	20,00	49,99	20,00	41,00	60,00	60,00

Fonte: Elaborado pelo Autor.

**Figura 3: Limites para Classificação e Transposição dos Indicadores**

Tema	Indicadores Municipais	ESCALA BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE									
		0	20	21	40	41	60	61	80	81	100
		ANTERIOR	POSTERIOR	ANTERIOR	POSTERIOR	ANTERIOR	POSTERIOR	ANTERIOR	POSTERIOR	ANTERIOR	POSTERIOR
ESCALA DE VALORES DAS VARIÁVEIS DOS MUNICÍPIOS											
Saúde e População	Mortalidade infantil entre menores de 5 anos 0 por 1000 habitantes (DATASUS 2014)	300,00	76,00	75,99	50,00	49,99	20,00	19,99	10,00	9,99	0,00
	Obitos Maternos por 100 mil habitantes (DATASUS 2014)	4600,00	150,00	149,99	50,00	49,99	20,00	19,99	10,00	9,99	0,00
	Número de Médicos por 1000 habitantes (DATASUS 2015)	0,0000	0,4000	0,4000	0,6999	0,7000	1,3999	1,4000	2,6999	2,7000	30,0000
	Leitos Hospitalares por 1000 habitantes (DATASUS 2015)	0,0000	0,5999	0,6000	1,9999	2,0000	2,4999	2,5000	2,9999	3,0000	30,0000
	Gravidez na Infância e Juventude até 19 anos (DATASUS 2014)	100,00	20,00	19,99	10,00	9,99	3,00	2,99	1,00	0,99	0,00
Riqueza	Extrema pobreza 1/4 do SM ou sem renda (% da população) IBGE 2010	100,00	50,10	50,09	20,10	20,09	10,10	10,09	5,10	5,09	0,00
	Taxa de atividade (%) (18 anos ou mais) IBGE 2010	0,00	20,99	21,00	40,99	41,00	60,99	61,00	80,99	81,00	100,00
	Trabalho infantil (%) (10 a 14 anos) IBGE 2010	100,00	10,10	10,09	5,10	5,09	3,10	3,09	1,00	0,99	0,00
	PIB (per capita) IBGE 2013	0,00	6793,00	6794,00	12006,00	12007,00	18159,00	18160,00	32901,00	32902,00	800000,00
	Renda (per capita) IBGE 2010	0,00	180,99	181,00	333,99	334,00	624,99	625,00	1157,99	1158,00	100000,00
Conhecimento e Cultura	Analfabetismo (%) (15 anos ou mais) IBGE 2010	100,00	20,10	20,09	10,10	10,09	5,10	5,09	1,00	0,99	0,00
	Ideb (séries iniciais) INEP 2013	0,00	1,99	2,00	3,99	4,00	5,99	6,00	7,99	8,00	10,00
	Ideb (séries finais) INEP 2013	0,00	1,99	2,00	3,99	4,00	5,99	6,00	7,99	8,00	10,00
	Evasão escolar no ensino fundamental (%) INEP 2014	100,00	20,10	20,09	10,10	10,09	5,10	5,09	1,00	0,99	0,00
	Evasão escolar no ensino médio (%) INEP 2014	100,00	20,10	20,09	10,10	10,09	5,10	5,09	1,00	0,99	0,00
Comunidade	Acesso à internet (%) IBGE 2010	0,00	20,99	21,00	40,99	41,00	60,99	61,00	80,99	81,00	100,00
	Homicídios (por 100 mil hab.) DATASUS 2014	300,00	50,10	50,09	20,10	20,09	10,10	10,09	5,00	4,99	0,00
Equidade	Acesso à energia elétrica (% da população) IBGE 2010	0,00	69,99	70,00	79,99	80,00	89,99	90,00	94,99	95,00	100,00
	Índice de Gini IBGE 2010	1,0000	0,8001	0,8000	0,5001	0,5000	0,4001	0,4000	0,2100	0,2099	0,0000
Terra	Cadastro ambiental rural (%) SEMAS 2016	0,00	20,99	21,00	40,99	41,00	60,99	61,00	80,99	81,00	100,00
	Desmatamento - incremento de 2013 para 2014 (km² por ano) PRODES 2014	300,00	161,00	160,99	121,00	120,99	81,00	80,99	41,00	40,99	0,00
	Estoque de floresta (%) TERRACLASS 2010	0,0000	39,9999	40,0000	49,9999	50,0000	59,9999	60,0000	69,9999	70,0000	100,9900
Água	População em domicílios com água encanada (% da população) IBGE 2010	0,00	69,99	70,00	79,99	80,00	89,99	90,00	94,99	95,00	100,00
	População em domicílios com banheiro e água encanada (% da população) IBGE 2010	0,00	69,99	70,00	79,99	80,00	89,99	90,00	94,99	95,00	100,00
Ar	Focos de calor (por 1000 km² ao ano) INPE BDQUEIMADAS 2015	9000,00	41,00	41,00	31,00	31,00	21,00	21,00	11,00	11,00	0,00
Utilização de recursos naturais	Coleta de lixo (% da população) IBGE 2010	0,00	69,99	70,00	79,99	80,00	89,99	90,00	94,99	95,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A figura 3 apresenta os parâmetros e fontes de dados dos indicadores, apontando quais limites são considerados desejados para que o indicador seja sustentável ou o limite considerado excelente sendo o máximo possível de resultado.

Subsequentemente se procedeu ao arredondamento dos valores para indicar o grau inteiro no barômetro por indicador (Variável), conforme a figura 4:

**Figura 4: Exemplo de Arredondamento dos Indicadores Após Transposição de Escala**

Município	Saúde e População				
	Mortalidade infantil entre menores de 0 a 5 anos por 1000 habitantes (DATASUS 2014)	Obitos Maternos por 100 mil habitantes (DATASUS 2014)	Número de Médicos por 1000 habitantes (DATASUS 2015)	Leitos Hospitalares por 1000 habitantes (DATASUS 2015)	Gravidez na Infância, Adolescência e Juventude até 19 anos (DATASUS 2014)
110001 Alta Floresta D'Oeste	89	100	38	40	20
110037 Alto Alegre dos Parecis	51	100	27	28	27
110040 Alto Paraíso	58	100	20	23	18
110034 Alvorada D'Oeste	90	100	9	43	24
110002 Ariquemes	68	26	51	70	19
110045 Buritis	58	20	26	33	20
110003 Cabixi	56	100	43	30	29
110060 Cacaulândia	66	100	26	82	19
110004 Cacoal	60	35	81	82	27

Fonte: Elaborado pelo Autor.

### 3.2 Redução dos Dados e Projeções Estatísticas

Após a normalização dos indicadores na escala do BS-M Amazônia Legal, foi realizada a média por temas, resultando nas coordenadas do BS-M Amazônia Legal (x,y) de

cada município, nas colunas Bem-estar Humano e Bem-estar Ambiental, conforme a figura 7 abaixo:

**Figura 5: Exemplo de Aplicação de Média para os Temas Tratados no BS-M Amazônia Legal**

Município	Saúde e População	Riqueza	Conhecimento e Cultura	Comunidade	Equidade	Terra	Água	Ar	Utilização de recursos naturais	Bem-Estar Humano	Bem-Estar Ambiental
110001 Alta Floresta D'Oeste	57,40	39,80	43,67	52,00	34,00	83,67	52,00	51,00	16,00	45	51
110037 Alto Alegre dos Parecis	46,60	37,00	42,67	82,00	37,00	84,33	42,50	61,00	11,00	49	50
110040 Alto Paraíso	43,80	41,00	43,17	58,50	37,00	70,00	36,00	20,00	12,00	45	35
110034 Alvorada D'Oeste	53,20	38,20	47,83	84,50	38,00	72,67	56,00	76,00	15,00	52	55
110002 Ariquemes	46,80	47,40	46,17	57,00	37,00	69,33	59,50	20,00	50,00	47	50
110045 Buritis	31,40	39,60	43,67	58,00	40,00	62,00	46,50	20,00	18,00	43	37
110003 Cabixi	51,60	40,80	48,33	94,50	39,00	70,00	77,00	25,00	14,00	55	47
110060 Cacaulândia	58,60	44,00	38,83	49,50	36,00	70,33	40,50	54,00	10,00	45	44
110004 Cacoal	57,00	46,40	50,50	71,50	34,00	71,67	85,00	71,00	38,00	52	66
110070 Campo Novo de Rondônia	48,40	40,00	37,33	34,00	29,00	70,33	24,00	20,00	8,00	38	31
110080 Candeias do Jamari	41,20	41,20	35,33	46,00	46,00	87,33	34,00	20,00	16,00	42	39
110090 Castanheiras	53,00	41,00	34,00	62,50	41,00	69,67	65,00	63,00	7,00	46	51
110005 Cerejeiras	53,60	46,20	47,50	71,50	39,00	78,67	66,50	86,00	37,00	52	67
110092 Chupinguaia	51,80	47,20	46,50	52,00	46,00	76,00	62,00	66,00	17,00	49	55
110006 Colorado do Oeste	63,80	41,00	51,00	70,50	39,00	69,33	83,00	64,00	20,00	53	59

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na figura 5 é apresentado cada limite que faz enquadrar o indicador nas classes do BS-M Amazônia Legal, são as convenções estipuladas nessa pesquisa para aplicação da fórmula apresentada na figura 1. Os valores da tabela, em pares, são as variáveis DMA e DMP.

Com os valores apurados se passou à análise das características dos municípios da Amazônia legal em conjuntos ou *clusters*, em cada indicador, elencados nas classificações adotadas: insustentável, potencialmente insustentável, intermediária, potencialmente sustentável e sustentável.

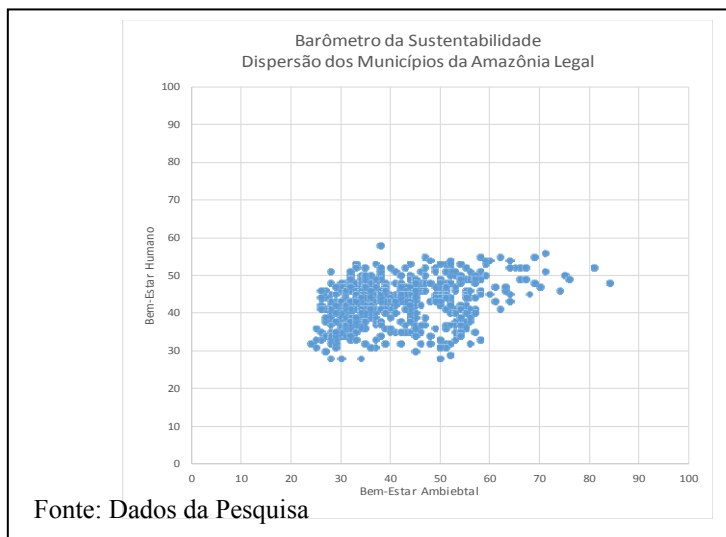
Em seguida foi aplicada a equação de correlação entre as variáveis (indicadores), conforme a classificação adotada, para verificar a influência que os demais indicadores podem exercer no indicador selecionado, com o auxílio do software Excel, suplementos de análise de dados.

Destaca-se que neste artigo está sendo apresentados os resultados do BS-M da Amazônia Legal procedendo-se análise do impacto de políticas de saúde.

## 4 Resultados e Discussão

O primeiro resultado extraído do BS-M Amazônia Legal vem da dispersão dos municípios tomando X como o Bem-estar Ambiental e Y como o Bem-estar Humano. Conforme pode ser observado na Figura 6, abaixo, os municípios da Amazônia Legal estão concentrados nas áreas potencialmente insustentáveis com maior intensidade e na intermediária com média intensidade, representados respectivamente pelas cores laranja e amarelo. Nenhum dos 771 municípios está na classe Insustentável, Potencialmente Sustentável ou Sustentável, respectivamente representadas pelas cores vermelho, verde e azul.

**Figura 6: BS-M Amazônia Legal – Nuvem de Pontos dos 771 Municípios da Amazônia Legal**



A nuvem ainda mostra que os municípios no eixo (x) do bem-estar ambiental estão em melhor situação do que no eixo (y) do bem-estar humano, corroborando os conceitos encontrados no referencial teórico, sobre a sustentabilidade social ser frequentemente negligenciada como dimensão, possivelmente sendo resultado de fraca associação das redes sociais que compõem o capital social dos municípios da Amazônia legal, denunciando o flagrante atraso nas instituições

públicas em melhorar as condições de vida dos cidadãos para desfrutarem dos benefícios de uma região rica em recursos naturais. O único resultado do BS-M Amazônia legal considerado positivo é que nenhum município da Amazônia legal está em situação insustentável no resultado geral.

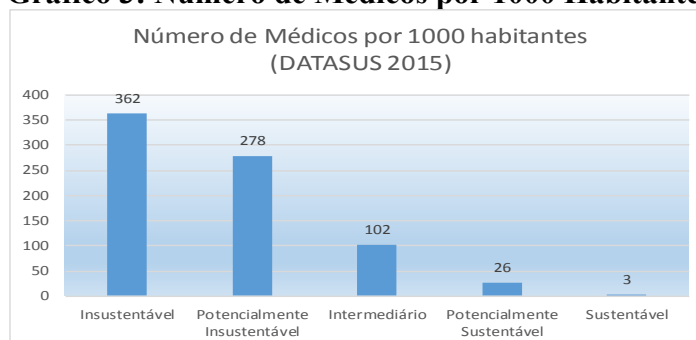
A proposta do BS-M da Amazônia Legal visa possibilitar aos gestores dos municípios da Amazônia Legal brasileira um subsídio para priorização de esforço na implementação das políticas públicas em relação a cada tema elencado.

#### 4.1 Análise do Impacto de Políticas de Saúde

O indicador Médicos por Habitante apresentou respectivamente o total percentual de municípios por classe, conforme gráfico 3: 46,95 % (362) insustentável; 36,05% (278) potencialmente insustentável; 13,22% (102) intermediário; 3,37% (26) potencialmente sustentável; e 0,39% (3) sustentável, indicando a deficiência do Programa Mais Médicos na Amazônia Legal, já que os dados coletados são de 2015, posterior ao início do referido programa, decorrente de políticas públicas do Ministério da Saúde.

Para Póvoa e Andrade (2006) a distribuição geográfica dos médicos influencia o bem-estar social, vez que são provedores dos serviços de saúde e que muitas vezes, mesmo que a oferta total de médicos apresente boa relação médico/habitante, a distribuição desses profissionais tende a ser concentrada em certas regiões, gerando um resultado socialmente indesejado como no caso da Amazônia Legal onde 83,61% dos municípios tem índice insustentável ou potencialmente insustentável. As médias dos graus obtidos no BS-M Amazônia Legal nestes 640 municípios, apontaram baixos índices para os demais indicadores com maior correlação:

**Gráfico 3: Número de Médicos por 1000 Habitantes**



Fonte: Elaborado pelo Autor.

As correlações médias e fortes apontam influência ou relação de 16 dos 25 indicadores no número de médicos por 1000 habitantes, levando a inferir que essas variáveis podem possuir maior correlação linear, e que representam boa seleção para este BS-M Amazônia Legal. Em consonância com a teoria, no tema saúde, o número de leitos hospitalares cresce proporcionalmente e consistentemente nos municípios, bem como há diminuição da gravidez na infância, adolescência e juventude. Os dados também apontam que os municípios mais desenvolvidos em educação, renda, e tratamento de resíduos sólidos, possuem melhor relação de número de médicos por habitante, corroborando Póvoa e Andrade (2006), neste conjunto regional específico de municípios.

## 5 Conclusão

Embora a região amazônica seja rica em recursos naturais e biodiversidade, seus problemas de desenvolvimento econômico, social e ambiental estão ligados à aplicação de políticas públicas que podem não considerar ou mesmo respeitar inteiramente o contexto em que a região está inserida. Isto indica que há isomorfismo coercitivo e mimético, tentando aplicar diretamente modelos bem sucedidos de outras regiões sem levar em conta, ou considerando pouco, as características sociais, culturais e ambientais. Os fatos que levam a esta afirmação residem especialmente no tratamento e distribuição de renda em programas federais que aplicam valores nacionais sem reconhecer a diferença de custo de vida que ocorre entre as regiões.

Outro fator observado é a concentração de melhores condições de vida nas regiões com maior PIB e renda per capita. Este modelo vai contra o desenvolvimento regional sustentável, pois estimula a desestabilização da população, através da migração para os maiores centros em busca de melhores condições de vida, ferindo a primeira premissa do desenvolvimento sustentável. Ou seja, com renda igualmente distribuída, em uma região com maior custo e piores condições de vida, se tem de fato um desequilíbrio comparativo que impede que a população deixe as cidades mais desenvolvidas e passe a preferir centros menores, num movimento que poderia tender a estabilizar as populações.

No plano ambiental há melhores condições de tratamento para a região já que o Brasil possui programas específicos para Amazônia Legal, enfatizando e tratando muito mais o contexto do que um tratamento pasteurizado, que porventura ocorresse. Os indicadores ambientais apresentam sinais contrários, pois os municípios mais desenvolvidos economicamente na região, embora tenham melhores níveis socioeconômicos, apontam o descasamento com uma boa agenda de preservação ambiental. Ainda assim a região, para os indicadores selecionados, ainda possui os melhores resultados do país na média, sendo verificados municípios em situação ambiental potencialmente sustentável e mesmo

sustentáveis, embora em pequena proporção.

A descentralização pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local, resultante, normalmente, de iniciativas e capacidades endógenas das populações locais e municipais e suas instâncias político-administrativas. Neste sentido, apesar de representar um movimento restrito e independente, a descentralização pode representar uma base importante para estimular e facilitar o desenvolvimento local, criando as condições institucionais para organização e mobilização das energias sociais e decisões autônomas da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, p. 1033–1054, 2003.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 1, p. 75–89, 2006.
- AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. Brasília - DF: *Revista do Serviço Público*. 1937, 2007.
- BARROS, R. F. Desenvolvimento regional sustentável: a experiência do Banco do Brasil. Mestrado em Administração, Universidade de Brasília, Brasília. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília. 201 p. 2007.
- BENETTI, L. B. Avaliação do índice de desenvolvimento sustentável (IDS) do município de Lages/SC através do método do painel de sustentabilidade. [s.l.] professor-ruas.yolasite.com, 2006.
- BRAGA, T. M.; FREITAS, A. P. G.; DUARTE, G. S.; CAREPA-SOUSA, J. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 2004.
- BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/ourwork/overview.html>. Acesso em 15.08.2016
- BRUNDTLAND, G. H. et al. *Nosso futuro comum: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, junho de, 1999.
- CAPRA, F. *As Conexões Ocultas. Pensamento*. São Paulo, 2003.
- CAMPOS, R. A Mercadorização Ambiental Na Amazônia Turística. *Revista Estudos Amazônidas: Fronteiras e Territórios*, 1(1), pp.123–143, 2009.
- CASTELLS, M. Hacia el estado red? Globalización económica e instituciones políticas en la era da información. In: *Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado*. São Paulo: 26-28 mar. 1998.
- DAGNINO, R.; THOMAS, H. Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 23, 2009.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.
- DALLABRIDA, V. R. *O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- DE OLIVEIRA CLARO, P. B.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DRESNER, S. *The principles of sustainability*. London: Earthscan, 2002.
- FERREIRA, M. D. P.; COELHO, A. B. Desmatamento recente nos Estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, p. 91-108, 2015.



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA), Barômetro Da Sustentabilidade Do Município De Bragança, Diretoria De Estudos E Pesquisas Ambientais. – Belém, 2016.

INÁCIO, R. D. O. et al. Desenvolvimento Regional Sustentável: abordagens para um novo paradigma. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 24, p. 6–40, 2013.

GOLDBLAT, David. *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

HAWLEY, A. H. Human Ecology. in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, edited by David L. Sills. New York: Macmillan, p. 328-337 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores De Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2015. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default\\_2015.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm), acessado em 18/05/2016, 2016.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. Descentralização e intersetorialidade: um novo formato de gestão pública municipal. In: PHILIPPI JR, A; SMAPAIO, C. A. C; FERNANDES, V. *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Coleção ambiental, 2013.

KLEIN, J. L. Développement régional et espace local: vers une régulation territorialisée. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, v. 22, n. 62, p. 189-195, aut. 1989.

KRONEMBERGER, D. M. P.; CLEVELARIO JUNIOR, J.; NASCIMENTO, J. A. S.; COLLARES, J. E. R.; SILVA, L. C. Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Uma Análise a Partir da Aplicação do Barômetro da Sustentabilidade, *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20 (1): 25-50, 2008.

MARZALL, K. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. *Porto Alegre*, v. 208, 1999.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, p. 340-363, 1977.

MORENO, J. L. S. Principios filosóficos de la gestión ambiental. In: Ballesteros, J.; Adán, J. P. (eds.), *Sociedad y medio ambiente*. Madrid: Editorial Trota, 1997.

PÓVOA, L; ANDRADE, M. V. Distribuição geográfica dos médicos no Brasil: uma análise a partir de um modelo de escolha locacional. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, n. 8, p. 1555-1564, 2006.

SACHS, I. *Rumo à Ecosocioeconomia*. São Paulo: Cortez, 2007

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Vértice, 1986.

ULTRAMARI, C. *A respeito do conceito de sustentabilidade*. Curitiba: Iparde/IEL-PR, 2003.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WOLFE, M. *Desenvolvimento para que e para quem?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ZAOUAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez. 2003, 120p